

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

M P L A

BOLETIM
de
ORIENTAÇÃO POLÍTICA

INFLUÊNCIAS DAS ESTRUTURAS TRADICIONAIS SOBRE O MODO DE
VIDA ACTUAL E SOBRE O MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

.....
n.º 8
a d e r n o . n .º 8

editado pelo DOP

Setembro 1973

INTRODUÇÃO

O grande movimento nacionalista dos anos cinquenta "vamos descobrir Angola" ainda não terminou. Cada passo em frente na luta, cada ano que passa, são fonte de preciosos ensinamentos sobre o nosso país.

A inteligência das nossas realidades é uma condição básica da vitória. Só assim poderemos agarrar os acontecimentos e fazer-lhes seguir a trajectória desejada.

No movimento de libertação nacional juntam-se gentes de todas as origens e se não há conhecimento recíproco surgem situações inesperadas e mesmo dramáticas.

Os quadros e militantes oriundos das cidades ficam espantados, chocados e por vezes desorientados com certas atitudes de camaradas do campo. Os quadros e militantes oriundos dos campos, embora conhecendo as tradições populares, não conseguem explicá-las cientificamente e portanto não sabem como combatê-las ou aproveitá-las devidamente. Algumas resoluções tomadas pelos dirigentes revelam-se incompreensíveis aos militantes. Geram-se assim incompreensões tremendas, cometen-se erros graves.

Éis porque se impunha um estudo das estruturas e conceitos tradicionais para se ver a sua incidência sobre a Angola de hoje e particularmente sobre o movimento de libertação nacional.

Muitos aspectos essenciais, como a moral e a justiça, só são abordados com leves referências por carência de dados.

Alguns dirão que sendo assim, era preferível não tocar no assunto. Nós pensamos que não; que urge começar a escrever sobre tema tão aliciante; que um texto inicial pode servir de catalizador para uma grande série de estudos.

E como o mais importante é transformar o mundo, o último capítulo destina-se precisamente ao estudo de como modificar o que o passado nos legou.

O DOP.

1. AS ESTRUTURAS TRADICIONAIS

No número 5 consagrado ao estudo do tribalismo, já tivemos ocasião de nos determos sobre a questão das estruturas tradicionais. Foi então dito que antes da chegada dos colonialistas, Angola se encontrava na fase de transição da comunidade primitiva para o escravagismo, havendo portanto uma sobreposição destes dois tipos de sociedade. As regiões em que as estruturas escravagistas se encontravam melhor estabelecidas, eram as mais desenvolvidas; havia, portanto, de região para região, diferentes graus de inter-relação entre aqueles dois modos de produção.

Este entrecruçar de modos de produção (de estruturas) torna difícil o estudo. Na verdade, as épocas de transição são sempre mais difíceis de analisar do que as épocas de estabilidade.

A duplicidade de estruturas, reflectindo-se no cérebro das pessoas, gera uma duplicidade de conceitos, alguns deles antagónicos entre si, e para mais, diferentemente cristalizados de tribo para tribo.

As estruturas e conceitos das duas formações sociais apresentam-se, no entanto, embricados. Apesar disso, por uma questão de comodidade de exposição, vamos fazer uma separação artificial entre as estruturas e conceitos da comunidade primitiva e as estruturas e conceitos do escravagismo, nas condições concretas de Angola, para em seguida tentarmos a síntese.

Estruturas e conceitos da comunidade primitiva em Angola

A comunidade primitiva é caracterizada por um fraco desenvolvimento das forças produtivas (em Angola já se fabricavam instrumentos de ferro, mas a roda e a charrua eram desconhecidas).

A vida é bastante comunitária. Os homens vivem agrupados em clãs, fratrias e tribos. Os laços clânicos são mais fortes que os tribais ou outros.

CLÃ é um conjunto de homens, mulheres e crianças aparentados por linha materna. Para se casar, um indivíduo busca cónjuge num outro clã; marido e mulher são pois de clãs diferentes.

O clã vive num território, dispõe de bens em comum (sobretudo a terra). Impera o trabalho colectivo, não há exploração do homem pelo homem, todos trabalham, há uma certa igualdade nas condições de vida dos membros do clã, a mulher é livre. Como não há exploração, não há estado, e portanto os chefes de clã (ou de fratria ou de tribo) não eram déspotas, mas simples organizadores das tarefas, condutores das guerras ou chefes religiosos. Há participação de todos na gestão dos negócios públicos, através de assembleias populares frequentes; muitas vezes a sucessão dos chefes faz-se por eleição e não por via hereditária; é, pois, uma forma simples de democracia e de igualitarismo.

Como as relações sexuais são bastante livres, só a maternidade é reconhecida. Quer dizer, só se conhece com certeza a mãe e não o pai. Por isso é que um indivíduo herda de seu tio e não de seu pai; por isso é que por morte do soba sucede-lhe o seu sobrinho, filho da irmã mais velha; por isso é que os filhos pertencem ao clã da mãe e não ao clã do pai.

As mulheres trabalham na agricultura, os homens fazem a caça. Como o produto do trabalho das mulheres é mais regular, elas são muito respeitadas. As mulheres gozam de grande prestígio e autoridade e é frequente que elas assumam a chefia do clã, da fratria ou da tribo. A mulher é, pois, como já se disse, livre; livre no sentido de que não é explorada pelo homem e de que é considerada igual ao homem.

Cada criança está protegida pelo clã. Nesse sentido não existem órfãos, nem padrastos e madrastas.

Não se deve confundir clã com família.

Família é um conjunto de homem, mulher e filhos.

Na comunidade primitiva o clã é muito mais importante que a família. O divórcio é facilitado, a família desfaz-se com facilidade, o clã nunca se desfaz. Os filhos pertencem ao clã da mãe e não ao clã do pai.

O tipo característico de família na época em que o clã está no auge, é a família punalua. Com excepção dos irmãos uterinos (irmãos da mesma mãe), nesta forma de família todos os indivíduos da mesma geração podem ter relações sexuais com todas as mulheres da sua geração. Assim, os avós podiam ser esposos das avós, os pais podiam ser esposos das mães, os filhos podiam ser esposos das filhas. Isto não significa promiscuidade: a moral da época permitia essas relações.

Obviamente, na família punalua as formas de parentesco eram diferentes das de hoje. Assim, ~~um~~ indivíduo chamava (e considerava) pai a todos os irmãos do pai, porque todos eles poderiam ter tido relações com sua mãe.

X só considerava tios os irmãos uterinos de sua mãe, porque esses nunca poderiam casar-se com ela.

X chamava mãe a todas as irmãs de sua mãe, porque todas elas poderiam ter tido relações com seu pai.

X só considerava tias as irmãs uterinas de seu pai, porque essas nunca poderiam ser suas esposas.

X chamava irmão ou irmã aos primos e primas, filhos dos irmãos do pai, porque a esses também chamava pais.

X só considerava primos ou primas os filhos ou filhas das irmãs uterinas de seu pai, e aos filhos ou filhas dos irmãos uterinos de sua mãe. ~~filhos~~

X considerava filhos os ~~os~~ de seus irmãos e só considerava sobrinhos os filhos de suas irmãs uterinas.

O facto de se poder ter relações não significa que se tivessem essas relações; significa apenas que essa possibilidade existia. Haveria talvez mais fidelidade nesses casamentos antigos do que em muitos casamentos hipócritas dos tempos modernos.

Vê-se assim como o tipo de família se reflecte nos sistemas de parentesco. Com excepção dos laços por linha materna, o que nós hoje consideramos tio era antigamente pai, o que nós hoje consideramos tia era antigamente mãe, o que nós hoje consideramos primo ou prima era antigamente irmão ou irmã, o que nós hoje consideramos sobrinho era antigamente filho.

A família punalua evoluiu. A selecção natural obrigou a excluir do matrimónio também os irmãos por linha paterna, e mais tarde os irmãos colaterais (quer dizer, primos em primeiro, ou mesmo em segundo e terceiro graus). Com a família punalua o clã evoluiu adquirindo as características que nós hoje lhe conhecemos. O círculo matrimonial vai-se gradualmente restringindo até ao salto qualitativo: a família punalua dá lugar à família sindiástica.

Já não existe a família punalua em Angola, pelo menos no que concerne aos povos bantos. O que existe hoje, e já existia no século XV, é a família sindiástica. Nesse tipo

de família, um homem só tem uma mulher; é quase monogamia, com a diferença, no entanto, que o divórcio é muito facilitado, podendo operar-se por iniciativa tanto do homem como da mulher, e que cada um dos cônjuges se sente ligado sobretudo ao seu clã. A mulher já começa a estar submetida ao domínio do homem; mas a submissão só será total mais tarde, com a monogamia.

A família sindiásmica é típica da passagem do comunismo primitivo para a escravatura, precisamente a época em que se encontrava Angola por altura da chegada dos colonialistas.

Nesse período histórico era permitida a poligamia, ou casamento dum homem com várias mulheres. Mas a poligamia era quase que exclusivamente praticada pelos sobas, devido ao seu maior poder económico. Nunca na História a poligamia foi uma forma fundamental de família.

Um facto muito importante é que em plena família sindiásmica ainda se possam enpregar os sistema de parentesco da família punalua. Por isso Engels diz que a família é a forma dinâmica, que progride lenta mas inexoravelmente com o tempo, enquanto que os sistemas de parentesco são o elemento passivo que só se desenvolve aos saltos e muito depois da evolução se ter operado na estrutura familiar.

É assim que se explica que na Angola de hoje ainda se empreguem geralmente as formas de tratamento da família punalua. Com algumas excepções, no entanto, porque em certas regiões - talvez em parte por influência europeia - já se utilizam os sistemas de parentesco das famílias sindiásmica e monogâmica: tio é mesmo tio; primo é mesmo primo, etc.

Por não compreenderem toda a estrutura familiar e mental dos povos africanos, os europeus racistas - em particular os portugueses - cometeram graves erros. No Reino do Congo, por exemplo, colocavam no poder os filhos dos reis, impedindo a ascensão dos sobrinhos; os padres e os colonos em geral insultavam os africanos por chamarem pais aos tios, ou irmãos aos primos; a igreja queria inculcar à força na mente dos africanos a ideia do casamento indissolúvel, quando em Africa o divórcio é não só permitido como facilitado, podendo operar-se por iniciativa de qualquer dos cônjuges.

A religião africana é animista (anima = alma) porque acredita em forças sobrenaturais (deus e espíritos) com o poder de interferir permanentemente na vida dos homens. Também os homens

podem obter o concurso dos espíritos (bons ou maus) através de certas práticas mágicas (fetichismo).

Estruturas e conceitos da escravatura em Angola

No século XV Angola encontrava-se na fase de transição da comunidade primitiva para a escravatura.

O desenvolvimento das forças produtivas (instrumentos de ferro) já permitia a formação dum sobreproduto (excedente de produção). Por isso já havia escravos, embora estes não constituíssem a maior parte da população. A maioria ainda era formada por homens livres, e os escravos eram domésticos, escravos da casa, tratados dum forma mais ou menos familiar. No entanto os senhores podiam dispor da vida dos escravos.

Já havia estado, como instrumento de repressão contra os explorados. Os chefes eram déspotas, sobretudo para com os escravos, a democracia e o igualitarismo tinham sido limitados.

Para além das tribos e das confederações constituíam-se grandes reinos, englobando por vezes tribos diferentes.

As guerras eram frequentes. O seu objectivo era a captura de escravos, através da constituição de grandes reinos. Este período da História da Humanidade é a chamada época heróica, em virtude da grande frequência das guerras.

Inbricação da comunidade primitiva e da escravatura em Angola

Quando os colonialistas chegaram a Angola ainda havia clãs, fraternias e tribos; todavia, a forma de família já não era a punalua, mas sim a sindiásmica.

Ao lado dos clãs de tipo igualitário, desenvolviam-se as classes (dos senhores e dos escravos), que com o tempo iriam destruir as estruturas clânico-tribais.

O trabalho colectivo já não era a regra geral, só tendo cabimento em determinados tipos de tarefas; prevalecia o trabalho individual. Ao lado da propriedade colectiva do solo (solo dos antepassados) vigorava a exploração e o usufruto privados do solo e dos rebanhos (lavras e rebanhos individuais), o que significa que o passo decisivo para a

propriedade privada sobre os meios de produção já tinha sido dado.

Como as forças produtivas eram pouco desenvolvidas, o sobreproduto era ainda escasso (por isso mesmo havia relativamente poucos escravos, e estes eram domésticos). Donde resultava uma economia (quase) de subsistência.

Por outro lado, como as classes ainda não estavam completamente constituídas (pois que os escravos eram ainda uma minoria), a sociedade antiga era pouco estratificada. O estado, embora existisse, era ainda frágil, não havendo exércitos permanentes, nem sequer uma casta militar. Esta quase ausência de estratificação gerava um certo igualitarismo.

A democracia e o igualitarismo antigos narchavam, pois, a par com o novo despotismo. Em essência, a democracia tinha-se tornado quase uma formalidade, porque nas assembleias e durante as eleições dominava a opinião dos aristocratas (grandes senhores de escravos). Mas a situação era instável: nos períodos de formação e consolidação dos reinos, predominava o despotismo; nos períodos de desagregação dos reinos crescia o poder das massas (com exclusão dos escravos).

A exclusão absoluta dos escravos da vida pública fazia com que os restos de democracia só se applicassem aos homens livres. Já não era, pois, a antiga democracia para todos, mas uma democracia truncada, uma democracia para alguns; e entre esses alguns, só uma minoria (os ricos, os aristocratas) beneficiava realmente dessa democracia.

II. REFLEXOS DAS ESTRUTURAS TRADICIONAIS NO ANGOLANO DE HOJE

As duas estruturas tradicionais exercem influências sobre o angolano de hoje, influências que por vezes são contraditórias e que frequentemente são modificadas pelas novas estruturas capitalistas; para mais elas incidem diferentemente de região para região.

A mais importante dessas influências é sem dúvida o tribalismo: é natural que vivendo as grandes massas populacionais dentro das estruturas clânico-tribais, o sentimento tribal seja ainda bastante forte. Mas não nos detemos mais sobre este assunto por já ter sido tratado no número 5 do BOP.

Também nesse número se faz referência ao "mwatismo", fenómeno intimamente ligado ao tribalismo. É a própria estrutura tribal modificada pela escravatura, com os seus chefes hereditários, que convida ao mwatismo, ao sistema de governação por meio de chefes "naturais".

Eis porque os presidentes dos comités de acção se não submetem anualmente a prova das eleições, pensando que foram eleitos uma vez por todas (ver número 6 do BOP). E muitas vezes as próprias eleições são actos puramente formais, pois são eleitos sem contestação os antigos sobas.

A falta de democracia deriva imediatamente do mwatismo. Ela tem raízes profundas no despotismo escravagista, embora este tenha sido temperado pelo igualitarismo primitivo. O mwatismo explica por que razão os militantes aceitam com certa dificuldade o novo critério de autoridade baseado no mérito individual e não na linhagem do chefe tradicional.

Os métodos de trabalho correspondentes são os do "sobado" (também já descritos no número 5 do BOP), caracterizados por ausência total de trabalho colectivo, por acumulação das tarefas sobre o mwata, pela "civilização oral".

Poderemos ainda falar no espírito de "vendetta", como um subproduto do clanicismo. "Vendetta" é a vingança exercida por um clã contra outro clã, como desforra pela morte dum dos seus membros, degenerando facilmente em grandes lutas clánicas.

A mentalidade não democrática dificulta a compreensão do modo de funcionamento dos organismos como instituições colectivas. Ela está na base da tendência para pessoalizar as decisões e actos dos organismos. Em vez de se dizer que

uma ordem emanada do Comité Director, diz-se que é uma ordem do responsável X, simplesmente porque foi ele que a assinou ou a executou. Pela mesma razão, os destacamentos não são vulgarmente designados pelos seus nomes oficiais mas sim pelos nomes dos seus chefes. À par do tribalismo, este fenómeno explica porque razão muitos militantes apresentam os seus problemas aos seus "matas" em vez de os apresentarem aos organismos interessados.

Como atrás foi dito, a quase ausência de estratificação social gera um certo igualitarismo que hoje se reflecte na dificuldade do angolano em aceitar a disciplina, na dificuldade em aceitar chefes que exigem uma ordem rigorosa (sobretudo se não são da sua tribo), na dificuldade em levar uma vida organizada e regulada de minuto a minuto, na dificuldade em viver dentro dum exército moderno. Por vezes essas carências degeneram na anarquia, que se torna especialmente perigosa se se funde ao tribalismo num anarco-tribalismo de efeitos devastadores.

A economia de subsistência faz com que se viva no dia-a-dia, sem reservas, e portanto sem planificação. Assim se explica porque o angolano é tão avesso à planificação, ao método, à disciplina, à criação de reservas, e porque motivo os militantes "comem tudo e não guardam nada"!

A economia de subsistência cria ainda, inevitavelmente, o chamado desemprego mascarado ou oculto, quer dizer, a força de trabalho dos homens e das mulheres não é totalmente aproveitada. Daí se explica porque, em geral, não existem hábitos de trabalho prolongado e constante.

Mas por outro lado existia já a propriedade privada. O antigo camponês comunitário transformou-se em proprietário ("pequeno-burguês", diríamos hoje). Daí a avidez dos bens materiais, a fúria para obter coisas. Na mukanda, um dos likishis favoritos é o dos bens materiais! Esse "materialismo vulgar" também se manifesta no facto de que em geral tudo é feito com um interesse material. Por exemplo, se se oferece algo, é porque se espera ser retribuído. Assim alguns elementos inconscientes do povo exigem bens materiais do Movimento, por, em tempos, terem dado comida aos guerrilheiros; ou ainda o caso dos guerrilheiros inconscientes que exigem favores especiais do Movimento (e até salário!) por se terem sacrificado na revolução ou por parentes seus terem sido mortos na luta. Alguns vão mesmo ao extremo de exigir pagamento pelas vidas de seus parentes, ou por terem so-

fricão amputações.

Coexistindo com a propriedade e trabalho privados, havia o trabalho colectivo para certos tipos de tarefas (derubamento de arvores, caçadas colectivas, certas formas de pesca colectiva, etc.). Por isso mesmo ainda se nota hoje um certo espirito colectivo, de entre-ajuda, de fraternidade, que urge desenvolver. Evidentemente, essa fraternidade não deve ser mal aproveitada, como acontece nos países africanos independentes, em que os preguiçosos se aproveitam dela para viver à custa dos familiares e amigos.

A mentalidade de vida clânica faz com que os chefes de grupo isolados transformem rapidamente os seus destacamentos militares em kinbos, com homens, mulheres e crianças, abandonando os hábitos militares e passando eles mesmos a viver como sobas.

É sabido que o individualismo, como conceito filosófico, só surge com o capitalismo nascente: "os direitos do Homem e do Cidadão" são obra das jovens burguesias. No clã, pelo contrário, o indivíduo isolado não conta, o que conta é a comunidade. Por isso mesmo se verifica que os nossos militantes de base só barafustam em grupo, o indivíduo isolado não tem coragem para exprimir uma opinião contrária à da direcção. Isto também explica porque razão os militantes aceitam que os chefes (legais ou ilegais) falem por todos, como opinião do grupo, em vez de cada um exprimir livremente o seu pensamento.

O baixo nível das forças produtivas exige a vida comunitária dentro do clã. Em contrapartida, o clã é obrigado a proteger os seus membros, contra todos os malefícios externos: se um indivíduo é ofendido por um estranho, todo o clã se sente ofendido e se revolta; se um indivíduo tem de pagar multa, todo o clã se cotiza para o ajudar. É a protecção clânica. Esta dissolução da personalidade individual no grupo explica porque existe hoje a noção de partido-clã, que se manifesta de duas maneiras. Por um lado o militante pensa que o partido não pode expulsar nem suspender, porque deve "proteger" os seus membros, tal como o clã. Por outro lado, o militante cansado não pede a demissão, pensando que o partido é obrigado a sustentá-lo, como se fosse uma instituição de assistência social ou de ajuda mútua; para ter argumentos para

se manter na Organização sem trabalhar, tal militante pretexta grandes serviços prestados a Revolução, como se o Movimento tivesse o dever de pagar aos militantes,

O facto de terem existido escravos repercute-se ainda hoje na medida em que os descendentes dos escravos são desprezados, ao mesmo tempo que se bajulam os descendentes dos aristocratas. Da mesma maneira, as tribos vencidas nas guerras antigas são ainda hoje tratadas depreciativamente como "tribos escravas" (exemplo: Kamusekele).

Isto quanto à influência do clã. E quanto à família?

A família sindiásmica é ainda o principal tipo familiar, embora nalgumas regiões a família monogâmica tenha adquirido uma certa importância. Regra geral os sistemas de parentesco são os da família punalua.

A existência da família sindiásmica explica porque motivo o casamento e o divórcio são tão facilitados e porque motivo o adultério não é considerado muito grave, resolvendo-se muitas vezes com um simples nakoji.

No entanto, o adultério praticado com a mulher do soba já é considerado muitíssimo grave, podendo, nos tempos antigos, acarretar a morte do prevaricador. E que aí já entram em jogo outros conceitos ligados ao despotismo.

Apesar de que a família sindiásmica já estava plenamente cristalizada, ainda hoje se fazem sentir certas influências da família punalua, tais como:

a) Kulisolokela: regime vigente em certas áreas de Angola, segundo o qual dois amigos podem, por contrato, trocar episodicamente as suas mulheres;

b) Primos e primas podem facilmente ter contactos sexuais, sobretudo antes do casamento;

c) Não é muito grave que um indivíduo tenha contactos com a esposa de seu irmão;

d) Cedência temporária de uma esposa a uma visita de honra.

Tudo isto se reflecte na moral ou ética. O que é o adultério? O que é a infidelidade? As respostas são diferentes em cada época histórica. Quem não compreende que a moral tem um carácter histórico, fica preso em dogmas como os padres.

Vimos que a mulher desempenha um papel de relevo no clã e portanto na família punalua. A família sindiásmica, embora rebaixando a mulher, ainda a tem como quase igual ao homem. A escravização da mulher só surge com a monogamia. Por conse-

guinte, na África tradicional a mulher é tradicionalmente livre. Assim se explica porque razão há mulheres presidentes dos comités de acção e porque razão as organizações da OMA são tão activas nas regiões libertadas.

A importância da mulher também explica o alarbanamento (mateno). É verdade que a actual sociedade capitalista, corrompendo tudo, deu um carácter de comércio ao alarbanamento, e nesse sentido degradou a mulher; por isso mesmo o mateno deve ser resolutamente combatido pelo Movimento.

Tal como a moral, a noção de justiça também evolui. Em certas regiões de Angola o likishi da justiça vem sempre acompanhado do likishi da crueldade, quando apresentado na mukanda aos jovens iniciantes. Possivelmente isto significará que a boa justiça deverá ser sempre acompanhada de punições físicas. Mas segundo os critérios actuais isso não é correcto: as repreensões orais ou escritas são também uma forma fundamental de sanção.

O código de honra é parte integrante da moral, evoluindo com ela. É sabido que para a moral árabe tradicional, roubar é considerado uma virtude e uma prova de esperteza, se o ladrão não é descoberto.

Em certas regiões de Angola ensina-se às crianças que "kechi nahuza, kechi kupalika", quem não mente não passa. Portanto a mentira é considerada virtude se ela possibilita a quem a utiliza desenvencilhar-se na vida. Talvez por isso não se note grande perturbação em camaradas apanhados a mentir.

O conceito de "segredo" também deve ser estudado. Porque se verifica que, por um lado, os militantes são incapazes de manter sigilo sobre os problemas da Nação e do Movimento, (mujimbá), mas, por outro lado, são capazes de guardar segredo se se trata de tradições tribais (mukanda) ou de questões envolvendo membros da mesma tribo, arriscando-se mesmo a mentir com a maior desfaçatez ou mesmo a serem punidos por faltarem a verdade.

Em qualquer tipo de sociedade a noção de roubo está ligada à noção de propriedade, nomeadamente de propriedade privada. Portanto, se o conceito de propriedade privada ainda não está completamente cristalizado, também haverá certas diferenças (nuances) no conceito de roubo.

Vimos que a religião animista admite a interferência permanente das forças sobrenaturais no dia-a-dia dos homens. Este conceito exerce uma influência extremamente poderosa sobre o comportamento dos indivíduos. Muitas pessoas ficam eufóricas ou abatidas consoante a "conjugação de forças sobrenaturais". Certos militantes recusam-se a partir em missão de combate em virtude dum "mau sonho" ou de qualquer outro factor sobrenatural desfavorável. Alguns militantes procuram "blingagens" e "camuflagens" para a guerra, e se as não encontram, ficam prostrados. Certos militantes recusam-se a comer a alimentação do dia por terem kijila. Alguns militantes revelam comportamentos bizarros nas marchas (pisam sobre todos os troncos atravessados no caminho, cospem em todas as pedras que encontram, etc.) "para não serem mortos pelo inimigo". Certos militantes não cumprem as ordens do Comandante nas operações militares porque o feiticeiro aconselhou doutra maneira! Alguns militantes abandonam os mortos e os feridos no campo de combate porque só os membros do clã podem pegar nos "seus" mortos!

A PIDE aproveita-se dessas crenças para, através da corrupção dos feiticeiros, desmobilizar os nossos militantes. Por exemplo, os feiticeiros que dizem que os guerrilheiros estão com saúde precária "por terem morto muitos brancos", ou que dizem que "não se pode transportar a quem apanhou bala", são nitidamente agentes da PIDE.

Esta religião animista tem também, naturalmente, uma interpretação da morte, que influencia o comportamento dos camarádas. Nunca a morte é vista como um fenómeno natural. Há sempre alguén, ou alguma força, por detrás da morte.

Duma maneira mais geral, todos os acontecimentos são explicados pela acção de forças sobrenaturais, desde a febre à doença, desde a chuva às pragas de gafanhotos. Os próprios problemas sociais são resolvidos desta maneira simplista; por exemplo, diz-se que "se o colonialismo nos domina é porque o feitiço não pega nos brancos"!

O fetichismo é, pois, uma verdadeira filosofia, pretendendo dar resposta a tudo, é, evidentemente, opondo-se sempre à explicação científica. Eis porque o fetichismo é uma forma bastante retrógrada de obscurantismo, extremamente difícil de combater, sobretudo se tivermos em conta a esmagadora taxa de analfabetismo que nos foi legada pelo colonialismo.

O atraso da sociedade tradicional não permitiu o aparecimento das ciências. Este vazio foi preenchido pelo fetichismo. Por isso ainda hoje se cultiva o obscurantismo, se menospreza o trabalho intelectual, considerado "gozo" em comparação com o trabalho físico, que seria a única forma de trabalho.

Antes de vermos o que fazer para modificar o estado de coisas, tenhamos presente um pensamento de Engels: "Quanto menos desenvolvido é o trabalho, quanto menor for a massa dos seus produtos, e por consequência a riqueza da sociedade, tanto mais a influência predominante dos laços de sangue parece dominar a ordem social". Este pensamento revela, primeiramente, as causas últimas das ligações clânicas (o atraso da produção material), em segundo lugar, quão inteligentemente se deve avançar no seu combate (precisamente porque as suas causas são muito profundas), e em terceiro lugar, que só o grande desenvolvimento económico-social poderá liquidá-las definitivamente.

III. COMO MODIFICAR?

É evidente que em cada povo há sempre tradições positivas que importa desenvolver e actualizar, e tradições negativas que importa combater de forma inteligente, porque estando profundamente arraigadas no espírito das pessoas, só a muito custo podem ser destruídas.

O progresso político, económico e social de Angola formará uma ossatura forte para o combate as más tradições e o desenvolvimento das boas. A consolidação da nação destruirá as estruturas tribais e o tribalismo (ver número 5 do BOP). A edificação duma nova sociedade justa, democrática e decididamente voltada para o futuro, funcionará como o coveiro dos atavismos sociais.

Dentre as tradições negativas contam-se o tribalismo, o fetichismo, o egoísmo gerado pela propriedade privada sobre os meios de produção, o rwatismo, o despotismo, o partido-clã, a poligamia, o alambamento, o kulisolokela, a avidez dos bens materiais.

Dentre as tradições negativas destacam-se o colectivismo, a liberdade das mulheres, a possibilidade do divórcio por iniciativa de qualquer dos cônjugues, a perfilhação fácil e sincera das crianças (não há órfãos, nem padrastos e madrastas).

Algumas das tradições positivas podem ser também utilizadas no combate a certas tradições negativas. Assim, por exemplo, a liberdade das mulheres é uma boa base para o combate à poligamia, ao alambamento, ao kulisolokela e às tendências à subjugação da mulher pelo homem, e portanto é uma boa base para a dignificação da mulher angolana e para a dinamização da OMA. Ainda mais um exemplo: a valorização do colectivismo tradicional ajuda a combater o **egoísmo individualista**, gerado pela propriedade privada, assim como a avidez dos bens materiais.

No combate as más tradições deve-se ser paciente e persuasivo. Não ser ingénuo até ao ponto de pensar que com a ajuda de reuniões se pode eliminar tradições que durante milénios se sedimentaram na cabeça das pessoas.

O estudo aturado da moral, do código de honra e da justiça tradicionais, é tarefa indispensável para a elaboração dos nossos códigos de leis.

Da mesma maneira, a nova moral revolucionária terá de resultar da conjugação da moral tradicional dos campos, da moral

das cidades, e dos imperativos da Revolução angolana.

É evidente que as novas moral e justiça revolucionárias devem aliejar o que nós hoje consideramos bom e justo, e neste sentido não pode haver compromisso com as tradições negativas. Se uma nova lei ou uma nova regra de conduta moral não é compreendida pelos militantes, porque as tradições dão uma outra visão do problema, então deve-se recorrer a explicação paciente, indo ao fundo das coisas e não pactuar com o que hoje é considerado erro. Isto não exclui que se adie a solução de certos problemas, quando outros mais importantes monopolizem temporariamente a nossa atenção.

A instrução, a politização e a educação dos camaradas devem ser intensificadas e alargadas às mais largas massas, imediatamente, sem se esperar pela independência. Só assim poderemos registar, desde já, vitórias substanciais na luta contra o obscurantismo.

Uma análise desapaixonada leva-nos a concluir que já muito foi feito nesse domínio. Só os factos de que os angolanos lutem juntos num partido nacional e que a luta de libertação nacional seja conduzida em moldes modernos e científicos, são a melhor prova da nossa capacidade de vencer as forças de inércia.

Porém, o caminho a percorrer é ainda muito longo! Avante, pois!